

Recebido na CACDLG
por e-mail a 22-10-2023
Registo I_COM1XV/2023/157
em 23-10-2023



Aprovado por unanimidade
na reunião da CACDLG de
25-10-2023, na ausência do
PCP, PAN e L

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Assuntos
Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
Deputado Fernando Negrão

REQUERIMENTO

Assunto: Audição da Senhora Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares

As competências administrativas em matéria de migração e asilo do agora extinto Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) foram alocadas à nova entidade Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P., sob a tutela da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares.

Este novo organismo, criado através do Decreto-Lei n.º 41/2023, de 2 de junho, que sucede agora ao SEF nas suas competências administrativas, nomeadamente de atribuição, cancelamento e renovação de autorizações de residência, a uma semana de entrar em funções, no próximo dia 29 de outubro, ainda não possui estatutos nem sede.

Desde 2020 que se arrasta este processo, em que assistimos à publicação de diversos diplomas e ao sucessivo adiamento da concretização daquilo que o Governo apelidou de reestruturação do sistema português de controlo de fronteiras, culminando com a pulverização das competências do SEF por várias forças e serviços de segurança e a criação da nova Agência para a Integração, Migrações e Asilo.

Agora, a uma semana de entrar em vigor o novo modelo orgânico preconizado pelo Governo, assistimos à situação de ausência de estatutos e até da sede para o novo organismo, que o presidente do sindicato dos funcionários do SEF reputa como incompreensível, o que na opinião do PSD merece ser alvo de explicações por parte dos responsáveis do Governo, no caso, a Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares.



GRUPO PARLAMENTAR PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Nestes termos, vimos através do presente requerimento solicitar ao Senhor Presidente as diligências necessárias à audição urgente da Senhora Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Palácio de S. Bento, 22 de outubro de 2023

Os Deputados do PSD,